



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/09/2016 ATÉ 23/09/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG RONALDO ROCHA.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG CARLINHOS FILHO.....	2
	2.2 SITE O MARANHENSE.....	3
3	CONVÊNIOS	
	3.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	4
	3.2 PORTAL VERAS.....	5
	3.3 SITE O MARANHENSE.....	6
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	7
	4.2 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	8
5	EXECUÇÕES PENAIS	
	5.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	9
6	JUÍZES	
	6.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	10
7	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	7.1 SITE O MARANHENSE.....	11

Comarca de Lago da Pedra premia melhores redações sobre Cidadania e Eleições

23/09/2016 00:00:00

Foi realizada na última quarta-feira (21) a cerimônia de premiação de 15 estudantes e três professores classificados no I Concurso de Redação de Lago da Pedra, sobre o tema "Cidadania e Eleições: o exercício do voto", promovido pelo juiz **Marcelo Santana Farias** (1ª Vara) para conscientizar os estudantes sobre a importância do processo eleitoral para a comunidade.

Do total de 104 redações apresentadas, 9 foram finalistas. A cerimônia reuniu, no salão do júri do Fórum, autoridades municipais, funcionários das escolas, estudantes autores das dissertações classificadas em primeiro lugar em três categorias e os professores desses estudantes, também premiados, conforme julgamento prévio das escolas e a avaliação da comissão julgadora.

Durante a solenidade, Marcelo Farias, disse que a participação da comunidade foi gratificante e superou as expectativas. "**Avaliamos de forma muito positiva este nosso primeiro concurso de redação, tanto pelo entusiasmo de todos que participaram do evento, como pela forma como foi tratado um tema tão caro a nossa República: a cidadania e o exercício do voto**", disse.

Continua...

O concurso se propôs a incentivar a pesquisa, a criatividade, a originalidade, o raciocínio e o senso crítico dos alunos, bem como o uso de suas experiências pessoais na elaboração do texto. Participaram da seleção cerca de 4 mil alunos matriculados no 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e no 1º ao 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas (municipais e estaduais) e particulares do município, de 18 escolas, inscritos no período de 25 a 31 de agosto.

O projeto contou com o apoio da Secretaria de Educação do Município, bancos (Banco do Brasil e Bradesco) e empresários locais, que contribuíram para a aquisição dos prêmios, incluindo 12 tablets e do livro "Nobre Deputado", de autoria do jurista **Márlon Reis**, doado às escolas para incentivar a leitura e o debate sobre o tema entre os alunos.

COMISSÃO - Além do juiz, integraram a comissão organizadora do evento o promotor de Justiça **Tibério Melo**; o advogado **Ademir Lima**, a secretária de educação **Laudicélia Arruda**; o delegado Marcelo Lopes e a servidora **Evany Nascimento**.

Notícias

22/09/2016 20:00:54

Atenção, TJMA!!! O ex-prefeito de Viana, Rilva, acusa TJMA de participação de conluio para mandá-lo para prisão

O ex-prefeito de Viana, Rivalmar Luis Gonçalves Moraes, já com várias condenações criminais resultantes do exercício de seu mandato de prefeito de Viana, crimes estes, em sua maioria referente a fraude em processos licitatórios com consequente dano a erário, vem se utilizando da derradeira decisão proferida pelo Tribunal de Justiça como manobra política, se colocando em uma posição de vítima, acusando seus opositores de perseguição. Após o ocorrido, o ex-prefeito foi as redes sociais, na página de campanha do candidato Magrado Barros ([@MagradoeLucimar45](#)), dizer que a decisão tratava-se de perseguição política de seus adversários políticos, que estavam desesperados. Levianamente, acusou os ilustres julgadores de que houve conluio político para que a decisão fosse exarada às vésperas da eleição, prejudicando assim o candidato que tem seu apoio. A tentativa do ex-prefeito, além de apelar para o lado sentimental do povo vianense põe em cheque as decisões do Tribunal de Justiça, que se sabe, é a mais elevada e nobre corte de justiça do Maranhão de onde, ao nosso ver, emanam todos os princípios legais que norteiam o judiciário maranhense. Agora o ruim será encontrar o Sr. Rilvamar Luís para prestar esclarecimentos, que desde a emissão da decisão que culminou com a lavratura de seu mandado de prisão, nunca mais foi visto, curiosamente, tomou destino ignorado.

Polícia conduz adversários de comunista após tiros na casa de juiz em São Domingos

23/09/2016 14:30:31

Clodomirzinho com Zé da Folha: condução política?

Quatro pessoas foram conduzidas ontem (22) à delegacia de São Domingos do Maranhão após o caso dos disparos de arma de fogo na residência do juiz Clênio Lima Corrêa, titular da Comarca ([reveja](#)).

Um deles, identificado como Betinho - que seria proprietário da motocicleta usada no crime -, ficou detido.

Outros três foram ouvidos e, depois, liberados.

Entre os conduzidos para depoimento está Clodomir Júnior, do PMDB. Ele é candidato a vice-prefeito da cidade - na chapa de Zé da Folha (PMDB) - e adversário do comunista Edison do Totonho, que é candidato pelo PCdoB e apoiado pelo prefeito Kléber Tratorzão.

O pai do candidato a vice, Clodomir Gomes, também foi conduzido, junto com um terceiro suspeito.

Após serem ouvidos, os três foram liberados, sem indícios de participação no crime, o que reforçou na cidade a hipótese de que o caso possa estar sendo usado politicamente pelo grupo governista para desgastar a candidatura peemedebista, que lidera a corrida eleitoral na cidade, segundo o instituto Escutec ([veja](#)).

Gestores da Secretaria de Segurança visitam cidades do interior para alinhar estratégias da Operação 'Eleições 2016'

22/09/2016 00:00:00

Em continuidade à 'Operação Eleições 2016', gestores da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) iniciaram uma série de visitas aos municípios maranhenses. A ideia é definir estratégias para reforço do policiamento em regiões com histórico em crimes eleitorais, agiotagem e coação, de modo a prevenir esses tipos de crimes. O trabalho é realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA).

Com este objetivo, o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, esteve, na quarta (21) e nesta quinta-feira (22), no município de Coroatá. Acompanhado de outros gestores da pasta, Jefferson Portela esteve no Batalhão da Polícia Militar de Coroatá, onde repassou as diretrizes e o quantitativo policial a ser usado durante a operação no município. Visitaram, ainda, o Fórum Eleitoral de Coroatá, onde se reuniram com a juíza Josane Araújo F. Braga, o juiz Francisco Ferreira de Lima e o promotor de Justiça Samarone Carvalho.

No encontro o secretário de Estado da Segurança assegurou todo o empenho das corporações para garantir a tranquilidade no pleito eleitoral de 2016.

"Nosso trabalho será intensificado nesta semana. Tudo para garantir uma eleição tranquila", garantiu o secretário. Jefferson Portela informou, ainda, que em Coroatá, estarão presentes dois delegados de polícia da Superintendência de Combate à Corrupção (Seccor), peritos criminais, policiais civis e militares.

O juiz Francisco Ferreira de Lima ressaltou que a ação das forças da segurança é inédita no município de Coroatá. "As eleições com a ajuda dessas equipes, com certeza, estarão transparentes e asseguradas, ponderou". A juíza Josane Araújo F. Braga afirmou que a cidade já respira as eleições. "A ajuda dos profissionais da Segurança é muito bem vinda para que o processo eleitoral possa ser realizado da maneira mais imparcial possível".

Acompanhando o secretário, o comandante geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira, garantiu que a presença das equipes da Polícia será no sentido de dificultar as fraudes e a corrupção nas eleições.

"Chegará um contingente ainda maior de policiais militares e civis para integrarem as ações aqui. Eles chegarão antes das eleições, para garantir um processo eleitoral seguro, no município de Coroatá", ratificou.

O delegado geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, disse que foi disponibilizado para permanecer em Coroatá, até as eleições, uma equipe envolvendo delegados, peritos criminais, policiais civis, policiais militares e demais profissionais da Segurança Pública. "Vamos garantir que todos possam participar de forma democrática e tranquila desse importante momento de cidadania, para escolher seus representantes. Daremos esse reforço não só aqui em Coroatá, mas também em outros municípios", disse.

Nesta sexta-feira (23), o secretário e outros gestores da SSP estarão em Presidente Dutra, Governador Alexandre Costa, São Domingos do Maranhão e Colinas do Maranhão.

Sadia indenizará consumidor que comprou produto impróprio para o consumo

23/09/2016 00:00:00

Os desembargadores da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reconheceram o direito de indenização por danos morais a um consumidor que comprou um produto da Sadia (BRF Brasil Foods) impróprio para consumo contendo mofo em um supermercado na cidade de Pedreiras.

Seguindo voto do relator-substituto, desembargador eleito, José Jorge Figueiredo dos Anjos (foto), o colegiado manteve sentença do juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras, Marco Adriano Ramos Fonsêca, reduzindo apenas o valor da indenização de R\$ 10 mil para R\$ 5 mil.

DEFESA - Em contraposição à sentença do juiz de base, a Sadia interpôs recurso junto ao TJMA sustentando que a responsabilidade proveniente do produto impróprio para o consumo seria de exclusiva responsabilidade do comerciante, uma vez que o mofo encontrado na mercadoria resultou da má conservação e manutenção do mesmo por parte do comerciante.

A Sadia alegou, também, que cumpriu todas as exigências técnicas e de qualidade, entregando a mercadoria ao comerciante em perfeitas condições de consumo. Ressaltou, ainda, que o fato do produto não ter sido ingerido pelo consumidor não configura danos morais.

VOTO - Para o desembargador eleito, José Jorge Figueiredo dos Anjos, os fabricantes respondem objetivamente pelos danos causados por produtos impróprios para o consumo colocados no mercado, bastando que se configure a presença de três pressupostos - o defeito do produto fornecido, o dano experimentado pelo consumidor e nexo de causalidade (vínculo existente entre a conduta do agente e o resultado por ela produzido) entre o defeito e o dano.

O magistrado frisou que a Sadia se desincumbiu do ônus da prova (obrigação de apresentar provas suficientes para conservar sua afirmação como verdadeira), ao passo que comprovou de maneira insofismável (clara) que o produto estava impróprio para o consumo, colocando em risco a saúde do consumidor, não havendo qualquer óbice (impedimento) quanto à reparação dos danos causados ao comprador do produto, diante da conduta ilícita da fábrica.

No entendimento do magistrado, os transtornos sofridos pelo consumidor ultrapassaram as barreiras do mero aborrecimento, causando um abalo psicológico que justifica a indenização por danos morais. (TJMA)

Carcerários denunciam caos no sistema penitenciário do Maranhão

23/09/2016 20:00:44

y_content_top">

A massa carcerária do Maranhão denunciou uma série de gravidades que vem ocorrendo dentro do sistema penitenciário do Maranhão. O comunicado em específico foi ao juiz da vara Execuções Penais, Direitos Humanos, OAB, Ministério Público, Sejap, Conselho Penitenciário do Estado, órgãos legais e competentes e Sociedade do Estado.

Abaixo o relato na íntegra;

Não estamos tendo o nosso banho de sol conforme a lei nos ampara que é de 10 horas semanais aonde estão dando somente duas horas por semana pois ficamos trancados em uma cela que tem capacidade para 8 internos mais no momento ocupa 15 ou mais sendo que essa super lotação vem causando vários problemas prejudiciais à nossa saúde pois vejam bem: imaginem uma pessoa que passa 24 horas deitado ou sentado será que isso é certo? Pois estamos adoecendo e frequentemente nos deparamos com vários companheiros com problemas de saúde como dormência nas pernas e nos braços, câibras, falta de circulação sanguínea, dores de coluna e etc... Sem falar dos inúmeros casos de HIV, pneumonia, doenças de pele e leptospirose, e muitas outras estamos cumprindo nossas penas de forma desumana e covarde.

Depois que o governador chegou no estado ele impôs muitas coisas que não existem nos outros sistemas penais de outros estados por exemplo: nossa família não pode trazer uma alimentação para ajudar no dia a dia porque o governo acha que pode suprir só com uma café, um almoço e uma janta que continua nos deixando desnutridos com a fome que passamos diariamente nos presídios maranhenses. Temos ciência dos nossos deveres mais como cumpri deveres se não estamos tendo os nossos direitos respeitados aonde nos do sistema maranhense carcerário estamos dando um grito de socorro pois não aguentamos mais e pedimos uma atenção de todos órgãos competentes.

Não tem nenhum setor de trabalho sendo assim, como vamos receber algum benefício de remissão para os já sentenciados não tem aulas para os que querem estudar, assim também como não tem cursos profissionalizantes como a lei determina nos presídios como vamos ter uma trabalho quando sair pra sociedade se não aprendemos outra coisa na cadeia como vocês querem nos ressocializar?

Nos colocaram em regime de RDD sendo que no estado não existe presídios federal, esqueceram que mesmo

trancados todos temos direitos constitucionais atribuídos na própria constituição federal e lei de excursão.

Temos nos deparados com várias punições coletivas como torturas espancamentos por partes de todos os AGENTES E GEOP em suas rondas e procedimentos sempre com muita agressividade, tiros de borracha e tiros letais assim como o uso de bombas e gás de pimenta são usados diariamente nas unidades do estado não a necessidade desse abuso de poder pois estamos trancados humilhados, desarmados sem oferecer risco algum pedimos a atenção necessária para que o governo reveja e mude essa situação.

Deixamos frisado a questão do fardamento, kit de higiene e medicação o estado não tá dando conta de suprir essas coisas que vocês mesmo proibiram nossas visitas e familiares de trazerem em todas as unidades prejudicando muito e trazendo ainda mais carência e . estas unidades pela soberba de não querer admitir que falhou. Muitos internos tem apenas uma única farda para vestir não estamos tendo o kit de higiene que vocês prometeram estamos descalços sem nenhuma dignidade só porque o estado não quer dar o braço a torcer.

Também não podemos esquecer dos presídios feminino aonde a realidade é ainda mais grave temos ciência dos maus tratos que elas estão vivendo e da precariedade que lá se encontra Onde até agentes masculinos estão fazendo procedimentos irregulares com elas usando apenas peças íntimas humilhado as é causando situações desconfortáveis e até mesmo problemas psicológicos para as mesmas valendo ressaltar as condições do berçários que sai péssimas vale lembrar que elas não estão tendo um acompanhamento psicológico e pediátrico digno de uma mãe e também são obrigadas a conviver com insetos como baratas larvas tapurus e também ratos etc... em cima do desrespeito que a diretora da unidade prisional do (PRISMA) está fazendo com elas entrando pra fazer procedimentos em pleno o horário de visita causando transtornos e situações deslegante para elas e seus familiares com isso pedimos a retirada imediata da diretora da UNIDADE PRISIONAL (PRISMA).

Outra situação que vem causando problemas ainda maiores e o P.D.I que surgiu de alguns meses pra cá e já é notável o quanto vem nos prejudicando com a super lotação com atrasos de benefícios que estão sendo negados por causa do P.D.I a população carceraria que já vinha crescendo agora vem se multiplicando exageradamente com vários embargues de benefícios pedimos a retirada do P.D.I pois foi implantado totalmente fora dos padrões que se encontram os presídios maranhenses nos dias atuais.

Queremos deixa todos cientes que estamos uma paralisação pacífica em inprol das necessidades e dificuldades citadas nos intens acima enquanto não obtermos uma resposta das autoridades continuaremos sem sair pro Banho de sol sem irmos pra audiência sem sairmos pra enfermeira pós lá já não tem remédio mesmo e nenhum um tipo de atendimento mento também não vamos mais assinar nenhum tipo de documento, porque estamos dando um crito de socorre não queremos luxar na cadeia e sim queremos os nosso direitos respeitados decidimos nos unir e reivindicar nossos direitos com forme a lei estabelecer porque só no Maranhão querem implantar visita até o meio dia?

Isso tá errado vamos lutar pelas nossas visitas exigimos respeito se tamos aqui dentro já tamo pagando pra que esculachar a família do preso até porque nenhum deles tem culpa de ter um filho (a) irmão (a) esposo (a) ou país encarcerados não aceitamos mais nossa visitas estarem vindo nos visitar com roupas inadequadas (CALÇA LEGUE) Pra um ambiente inapropriado para esse tipo de roupa chegando Acer até vulgar não vamos mais tolerar isso pedimos mudanças em cima dessa situação.

Pedimos a atenção de todos pois se continuar desta forma haverá no sistema e na rua derramento de sangue e mortes de uma forma que a sociedade maranhence nunca viu pois os agentes e polícias estão armados só que do outro lado existe mais de 6 mil homens humilhados e revoltados com fome e trancados igual animais nas cadeias do estado e penitenciárias de pedrinhas sendo que foi dado uma trégua na guerra que tem entre facções rivais levantamos a bandeira da paz e abaixamos a da guerra pra juntos lutar em um só objetivo que er encontra a maquina opressora do estado e se órgãos competentes não tomarem uma atitude de resolver esses problemas queremos ver depois quem vai se responsabiliza pelo que vai acontecer nas ruas da capital e do interior e nas cadeias do estado do Maranhão quem vai dominar no peito essa bola de neve que está por vim?

Ass TODA A MASSA CARCERÁRIA DO ESTADO MARANHÃO

Isso aí brinquedo se algum integrante cair em unidades que são do CV 40 pcc c.o.m os que não fazem parte já deixa os mano na rua pode entra sem medo mais que tem que procurar imediatamente o seu lugar entendeu não queremos morte entre integrantes das famílias que tão Na luta todos aki são só os irmão que tão na frente das idéias então creio eu que as idéias tem que ser ouvida se todos passarem da mesma forma e se tiver alguma atitude isolado vamos na idéia tbm tah ligado pó

Ministro do STF recebe medalha "Cândido Mendes" em São Luís

23/09/2016 16:43:47

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki recebeu a Medalha do Mérito Judiciário Cândido Mendes em solenidade realizada na manhã desta sexta-feira (23), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão. Ele também foi agraciado com a Medalha Comemorativa dos 200 Anos do TJMA.

Estiveram presentes o presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, o desembargador Elton Leme, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Cristina Leme, membro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargadores do TJMA, além de juízes, defensores públicos, deputados e servidores.

A concessão da Medalha Cândido Mendes ao ministro do STF foi aprovada pelo Plenário do Tribunal em novembro de 2015, após indicação feita pelo desembargador Paulo Vélten Pereira, que fez a entrega da medalha ao ministro Teori Zavascki. O jurista está em São Luís para proferir palestra em uma faculdade.

Homenagem - Após a entrega da medalha, o desembargador Paulo Vélten ressaltou a trajetória jurídica do ministro e sua atuação técnica e discreta nas decisões, demonstrando harmonia entre Justiça e Direito. Ele destacou casos como a condução do processo acerca da Operação Lava-Jato e o julgamento que reconheceu a possibilidade de início da execução de pena condenatória após a confirmação em 2º Grau. "Prestamos essa homenagem pela admiração ao grande processualista e professor, em nome do TJMA e da sociedade maranhense", disse.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, também frisou que a concessão da Medalha se dá como justa homenagem em reconhecimento ao trabalho do ministro.

O ministro Teori Zavascki disse que recebe a Medalha Cândido Mendes na dimensão pessoal - em honra própria e de seus familiares -, e, principalmente, institucional, pois se trata de uma homenagem prestada por juízes para um colega, o que leva a uma reflexão sobre o papel do Poder Judiciário, especialmente no momento importante vivido pelo país, em que as instituições devem se fortalecer.

Ele destacou a missão constitucional conferida aos juízes, na apreciação de ameaças e lesões a direito e no papel de fazer cumprir a lei, que deve se pautar na imparcialidade e independência, não atendendo a voluntarismos e com coragem para enfrentar, inclusive a opinião pública em alguns casos. "Não temos no sistema uma forma de escolha direta de juízes pelo povo, mas nossa função social se legitima perante a sociedade pela atuação imparcial e no exercício adequado e conforme as determinações de lei no dia a dia",

acrescentou.

Gestores da Secretaria de Segurança visitam cidades do interior para alinhar estratégias da Operação 'Eleições 2016'

22/09/2016 00:00:00

Em continuidade à 'Operação Eleições 2016', gestores da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) iniciaram uma série de visitas aos municípios maranhenses. A ideia é definir estratégias para reforço do policiamento em regiões com histórico em crimes eleitorais, agiotagem e coação, de modo a prevenir esses tipos de crimes. O trabalho é realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA).

Com este objetivo, o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, esteve, na quarta (21) e nesta quinta-feira (22), no município de Coroatá. Acompanhado de outros gestores da pasta, Jefferson Portela esteve no Batalhão da Polícia Militar de Coroatá, onde repassou as diretrizes e o quantitativo policial a ser usado durante a operação no município. Visitaram, ainda, o Fórum Eleitoral de Coroatá, onde se reuniram com a juíza Josane Araújo F. Braga, o juiz Francisco Ferreira de Lima e o promotor de Justiça Samarone Carvalho.

No encontro o secretário de Estado da Segurança assegurou todo o empenho das corporações para garantir a tranquilidade no pleito eleitoral de 2016.

"Nosso trabalho será intensificado nesta semana. Tudo para garantir uma eleição tranquila", garantiu o secretário. Jefferson Portela informou, ainda, que em Coroatá, estarão presentes dois delegados de polícia da Superintendência de Combate à Corrupção (Seccor), peritos criminais, policiais civis e militares.

O juiz Francisco Ferreira de Lima ressaltou que a ação das forças da segurança é inédita no município de Coroatá. "As eleições com a ajuda dessas equipes, com certeza, estarão transparentes e asseguradas, ponderou". A juíza Josane Araújo F. Braga afirmou que a cidade já respira as eleições. "A ajuda dos profissionais da Segurança é muito bem vinda para que o processo eleitoral possa ser realizado da maneira mais imparcial possível".

Acompanhando o secretário, o comandante geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira, garantiu que a presença das equipes da Polícia será no sentido de dificultar as fraudes e a corrupção nas eleições.

"Chegará um contingente ainda maior de policiais militares e civis para integrarem as ações

aqui. Eles chegarão antes das eleições, para garantir um processo eleitoral seguro, no município de Coroatá", ratificou.

O delegado geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, disse que foi disponibilizado para permanecer em Coroatá, até as eleições, uma equipe envolvendo delegados, peritos criminais, policiais civis, policiais militares e demais profissionais da Segurança Pública. "Vamos garantir que todos possam participar de forma democrática e tranquila desse importante momento de cidadania, para escolher seus representantes. Daremos esse reforço não só aqui em Coroatá, mas também em outros municípios", disse.

Nesta sexta-feira (23), o secretário e outros gestores da SSP estarão em Presidente Dutra, Governador Alexandre Costa, São Domingos do Maranhão e Colinas do Maranhão.

Comarca de Lago da Pedra premia melhores redações sobre cidadania e eleições

23/09/2016 07:00:42

Foi realizada na quarta-feira (21) a cerimônia de premiação de 15 estudantes e três professores classificados no I Concurso de Redação de Lago da Pedra, sobre o tema "Cidadania e Eleições: o exercício do voto", promovido pelo juiz Marcelo Santana Farias (1ª Vara) para conscientizar os estudantes sobre a importância do processo eleitoral para a comunidade.

Do total de 104 redações apresentadas, 9 foram finalistas. A cerimônia reuniu, no salão do júri do Fórum, autoridades municipais, funcionários das escolas, estudantes autores das dissertações classificadas em primeiro lugar em três categorias e os professores desses estudantes, também premiados, conforme julgamento prévio das escolas e a avaliação da comissão julgadora.

Durante a solenidade, Marcelo Farias, disse que a participação da comunidade foi gratificante e superou as expectativas. "Avaliamos de forma muito positiva este nosso primeiro concurso de redação, tanto pelo entusiasmo de todos que participaram do evento, como pela forma como foi tratado um tema tão caro a nossa República: a cidadania e o exercício do voto", disse.

O concurso se propôs a incentivar a pesquisa, a criatividade, a originalidade, o raciocínio e o senso crítico dos alunos, bem como o uso de suas experiências pessoais na elaboração do texto. Participaram da seleção cerca de 4 mil alunos matriculados no 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e no 1º ao 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas (municipais e estaduais) e particulares do município, de 18 escolas, inscritos no período de 25 a 31 de agosto.

O projeto contou com o apoio da Secretaria de Educação do Município, bancos (Banco do Brasil e Bradesco) e empresários locais, que contribuíram para a aquisição dos prêmios, incluindo 12 tablets e do livro "Nobre Deputado", de autoria do jurista Márlon Reis, doado às escolas para incentivar a leitura e o debate sobre o tema entre os alunos.

COMISSÃO - Além do juiz, integraram a comissão organizadora do evento o promotor de Justiça Tibério Melo; o advogado Ademir Lima, a secretária de educação Laudicélia Arruda; o delegado Marcelo Lopes e a servidora Evany Nascimento.

POSTLINK%%

Segurança das eleições: São Luís e Imperatriz novamente sediarão gabinete institucional

23/09/2016 06:30:27

Criado em 2012, o Gabinete de Segurança Institucional das Eleições irá funcionar pela 3ª vez em São Luís e 2ª vez em Imperatriz. Nesta sexta, 23 de setembro, às 9h, no Fórum da Justiça Comum de Imperatriz, os desembargadores Lourival Serejo e Raimundo Barros, presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, respectivamente, se reúnem com juízes da região tocantina e representantes das polícias Federal, Militar, Civil, Rodoviária, Corpo de Bombeiros e do 50º BIS para aprovar os últimos detalhes do planejamento que vem sendo alinhado entre todos desde o mês de maio.

A instalação do Gabinete de Segurança Institucional representa a preocupação preventiva e reativa que a Justiça Eleitoral e as forças de segurança têm de garantir eleições seguras. O GSI funciona como centro de controle, orientação e decisão para subsidiar ações necessárias ao bom andamento do pleito e dele também fazem parte os Ministérios Públicos Federal e Estadual, além da Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça.

A coordenação dos trabalhos é do desembargador Raimundo Barros, corregedor do TRE-MA, que também preside a Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA. "Com o Gabinete facilitamos a comunicação de fatos, o deslocamento de contingente e tomada de decisões consideradas sensíveis", explica Barros.

As atividades do GSI da capital ficarão centralizadas na sede do TRE-MA e a de Imperatriz no Fórum Eleitoral do município.

Justiça determina que Estado redefina limites, zona de amortecimento e objetivos do Parque do Bacanga

23/09/2016 06:02:11

Sentença assinada pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos de São Luís, determina o prazo de um ano para que "o Estado do Maranhão promova a redefinição de limites, zona de amortecimento e objetivos do Parque do Bacanga, assim como a implantação de seu Plano de Manejo" nos termos da Lei nº 9.985/2000. Na sentença, o magistrado declara ainda a nulidade da Lei nº 7.712/2001, devido à "irregularidade de sua edição" e a suspensão imediata dos efeitos da lei. A multa diária para o não cumprimento das determinações é de R\$ 3 mil (três mil reais).

A sentença atende à Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado do Maranhão. Na ação, o MPE destaca a obrigação legal do Estado de zelar pela integridade do Parque, unidade de conservação de proteção integral criada pelo Decreto Estadual nº 7.545/1980. De acordo com o Ministério Público, apesar de decorridos 27 (vinte e sete) anos da criação da unidade (Parque do Bacanga), a área ainda é objeto de situações conflituosas e prejudiciais à proteção dos recursos naturais existentes, entre as quais o autor cita a incapacidade estatal em cumprir mandado de reintegração de posse obtido pela CAEMA com vistas à desocupação de loteamento clandestino denomina Vila Verde. Segundo o MPE, a liminar foi obtida em 2001 e até 2005 CAEMA e Estado ainda estudavam a possibilidade de relocação das famílias.

O autor destaca ainda a edição da Lei Estadual nº 7.712/2001, "com suposto vício de iniciativa e sem a realização de estudos prévios". Para o autor, a legislação "resultou na redução da área do Parque e na aquisição de terras por terceiros, gerando conflitos decorrentes do licenciamento de atividades sem a correspondente infraestrutura". A ocupação de terras, retirada de madeira e minerais utilizados na construção civil e tentativa de implantação de escola pública na área também são citadas na ação.

Unidade de proteção integral - Douglas de Melo inicia as fundamentações invocando a Constituição Federal, cujo art. 225 define o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever do Poder Público e da coletividade de defender e preservar esse meio ambiente para a presente e futuras gerações. O juiz destaca ainda a obrigação do Estado, preconizada no referido artigo, de definir os espaços a serem especialmente protegidos, "sendo a alteração e a supressão permitidas somente através da lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção".

Ainda segundo o juiz, o referido artigo é regulamentado pela Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e que estabelece o "Parque Estadual" como uma unidade de proteção integral, cujo objetivo básico é a preservação da natureza, "sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com algumas poucas exceções legais". De acordo com o magistrado, a referida lei estabelece

que "a área do parque é de posse e domínio público, devendo as áreas particulares serem desapropriadas", bem como a obediência às "normas e restrições estipuladas pelo Plano de Manejo da unidade".

Ainda sobre a Lei 9.985/2000, o juiz ressalta que a legislação prevê que "a unidade de conservação deve contar com uma zona de amortecimento, constituída no entorno da unidade, e onde "as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

Trato inadequado - Nas palavras do magistrado, o Estado do Maranhão vem desrespeitando a legislação ambiental pertinente ao Parque. Ele cita documento anexado aos autos pela Fazenda Pública Estadual intitulado Atualização do Plano de Manejo do Parque Estadual do Bacanga, no qual consta a informação de que "outras recomendações deverão ser feitas, em função do trato inadequado pelo qual a área a ser protegida foi acometida", visando atingir os objetivos do Plano de Manejo original. "Ou seja, do acervo probatório anexado pelo Estado do Maranhão infere-se o descumprimento do Plano de Manejo", observa.

Ainda segundo o magistrado, a falta de zelo pela unidade de conservação é corroborada pela leitura das informações prestadas pelo então secretário do Meio Ambiente Estadual, que cita levantamentos topográficos de todo o perímetro do Parque e que deveriam subsidiar o Estado para tomar providências adequadas quanto à diminuição dos limites do Parque, "face o incremento demográfico para o interior do território do mesmo".

Diz o juiz: "Constata-se que, ao contrário do que prevê a legislação, o Estado do Maranhão utiliza o argumento do incremento demográfico para "atualizar seu plano de manejo" e reduzir a área protegida, ou seja, na hipótese de ser válido tal entendimento, a cada atualização conduzida dessa forma o parque estadual reduziria de tamanho".

Posse e domínio públicos - Douglas de Melo adverte ainda que a área "é de posse e de domínio público, devendo as áreas particulares serem desapropriadas e, por igual raciocínio, devem os ocupantes sem justo título serem deslocados da área, especialmente se a ocupação ocorreu após a criação da unidade de conservação". E destaca a importância da zona de amortecimento, "que serviria de barreira para atividades e movimentações demográficas capazes de colocar em risco a unidade de integração", segundo o juiz razão para a previsão, na legislação, de que "a zona de amortecimento das unidades de conservação de proteção integral, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana".

Vício de iniciativa - Sobre a Lei Estadual nº 7.712/2001, o juiz afirma que a legislação não foi precedida de estudos técnicos e de consulta pública para fins de redefinição de limites da unidade, razão pela qual não é apta para reduzir os limites do Parque Estadual do Bacanga. Para o magistrado, à luz do ordenamento jurídico pode-se concluir que "houve vício de iniciativa do projeto 048/2001", que resultou na lei.

POSTLINK%%